

## **PROJETO DE LEI Nº , DE 2017**

(Do Sr. CÉSAR HALUM e outros)

Altera os arts. 80 e 81 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execuções Penais, que tratam dos Conselhos da Comunidade e suas atribuições.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera os arts. 80 e 81 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execuções Penais, que tratam dos Conselhos da Comunidade e suas atribuições.

Art. 2º Os arts. 80 e 81 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

### *“Capítulo VIII*

#### *Do Conselho da Comunidade*

*Art. 80. Haverá em cada comarca, necessariamente quando houver unidade prisional, um Conselho da Comunidade na Execução Penal, órgão de atuação da sociedade civil nas políticas públicas de segurança e penitenciária no âmbito local.*

*§ 1º O Conselho da Comunidade será composto, no mínimo, por 5 (cinco) membros, a saber: 1 (um) representante de associação comercial, industrial ou similar, 1 (um) advogado indicado pela seção local da Ordem dos Advogados do Brasil, 1 (um) servidor da unidade prisional indicado pela direção do estabelecimento penal, 1 (um) servidor da justiça a ser indicado pelo juiz Diretor do foro, 1 (um) Defensor Público indicado pelo Defensor Público Geral e por membros da comunidade escolhidos e nomeados na forma disciplinada em lei municipal, que regulamentará ainda a composição, a definição jurídica e o funcionamento;*

*§ 2º O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, vedada a recondução ou reeleição;*

§ 3º Instalado o Conselho da Comunidade, o gestor municipal deverá instituir o fundo penitenciário municipal, para fins de recebimento de repasse do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, estabelecido na Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994.

§ 4º São asseguradas para as atividades do Conselho da Comunidade, as dotações orçamentárias próprias do(s) município(s) que compõe a comarca, os valores provenientes de aplicação de pena de prestação pecuniárias, doações voluntárias de pessoas físicas ou jurídicas sem prejuízo de outras estabelecidas por lei;

§ 5º O Conselho da Comunidade no desenvolvimento de projetos, ações e atividades poderá utilizar, mediante solicitação, as equipes multidisciplinares e equipamentos do Poder Legislativo, Executivo, Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, empresa pública ou fundação pública existente na Comarca.

§ 4º A atividade desempenhada pelos membros do Conselho da Comunidade é de relevância social conferindo presunção de idoneidade moral, além de preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária. ” (NR)

“Art. 81. Incumbe ao Conselho da Comunidade, como órgão de atuação na execução penal e cumprimento das políticas públicas de segurança pública e penitenciária local:

I – verificar a execução da pena privativa de liberdade, restritiva de direitos, alternativas e a medida de segurança, bem como a prisão cautelar ou prisão civil, além da regularidade do funcionamento dos estabelecimentos penais, comunicando as autoridades competentes para adoção das medidas legais;

II – propor e participar na formulação de proposta orçamentária para políticas públicas de segurança e do sistema penitenciário local, bem como nos programas e ações do Conselho da Comunidade;

III – opinar, articular e desenvolver com os poderes públicos, entidades e a sociedade civil sobre projetos, ações e serviços relacionadas à ressocialização do preso, do egresso, bem como de assistência às vítimas;

*IV – acompanhar e participar no âmbito local, da execução dos planos nacionais de políticas criminais voltados para redução dos índices de criminalidade e da reincidência criminal;*

*§ 1º No exercício de suas atribuições, o Conselho da Comunidade deverá:*

*I – inspecionar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca;*

*II - entrevistar presos, de forma individual ou coletiva;*

*III – reunir-se semestralmente com o juiz da execução penal, o Ministério Público, a Defensoria Pública, em audiência pública, para a apresentação de relatório das atividades;*

*IV – articular políticas voltadas à obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso, do egresso e do internado, bem como na capacitação dos conselheiros e servidores do sistema penitenciário;*

*V – auxiliar os dirigentes dos estabelecimentos penais em assuntos relacionados à implementação dos projetos de reinserção social;*

*VI – atuar como membro integrante de comitê da Justiça Restaurativa, Mediação e Conciliação de assuntos inerentes à execução penal, bem como perante o Conselho Penitenciário Estadual;*

*VII – cumprir com as diretrizes e orientações do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária;*

*§ 2º O Conselho da Comunidade terá acesso ao processo de conhecimento e de execução penal, ainda os prontuários médicos alusivos aos presos e internos do estabelecimento penal, salvo hipótese de sigilo judicial, podendo requerer a atuação do Defensor público ou privado, do Ministério Público, na postulação da medida pertinente;*

*§ 3º É assegurado aos membros do Conselho da Comunidade o acesso as dependências dos estabelecimentos penais, salvo a hipótese de risco a integridade física destes, dos agentes penitenciários ou a segurança da unidade prisional, comunicando o juízo da execução. ” (NR)*

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor da data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Os dados estatísticos alusivos ao ano de 2014, levantados pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), do CNJ, indicaram que a população carcerária brasileira é de 711.463 presos, levando o Brasil a ocupar a terceira posição mundial de maior população de presos. Somado a isso, as condições desumanas nos estabelecimentos prisionais, que violam a ordem jurídica e agrava a reincidência criminal, demonstra a falência do sistema prisional.

O Estado assumiu a titularidade do direito de punir, isso implica cumprir com as diretrizes do ordenamento jurídico seja na fase cognitiva, seja na fase executiva, em que a finalidade desta não é somente a segregação, mas a reintegração do condenado ao convívio social, com a participação da comunidade nessa seara.

Na relação entre o sentenciado e o Estado encontra-se, necessariamente, a sociedade, sem a qual não se poderá falar em retorno do apenado ao convívio social.

A Lei de Execução Penal prevê a participação da comunidade no processo de ressocialização do preso e egresso, ao constituir como órgão da execução penal o Conselho da Comunidade (art. 61, VII, da LEP), mecanismo apto ao cumprimento do fim ressocializador da reprimenda, este princípio maior da lei executiva (art. 1º da Lei nº 7.210/84)

O art. 4º da LEP preceitua que o Estado recorrerá à cooperação da sociedade nas atividades de execução penal e da medida de segurança. Portanto, o Conselho da Comunidade como órgão de execução penal atende a dois dos fundamentos da Carta Magna, ou seja, a cidadania e da dignidade da pessoa humana (incisos II e III do art. 1º), bem como corrobora para erradicar a marginalização (incisos III do art. 3º).

Assim, premente a atualização legislativa no que tange ao Conselho da Comunidade, não só pelo lapso temporal transcorrido de vigência do diploma legal (Lei nº 7.210/84), e a realidade da segurança pública e penitenciária, mas como a efetiva inserção da comunidade dentro da execução penal, a fim de alcançar uma sociedade livre, justa e solidária (inciso I do art. 3º da CF), preservando a dignidade da pessoa humana dentro da sociedade brasileira.

Por todo o exposto, apresentamos a presente proposição legislativa, ao tempo em que esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta medida.

Sala das Sessões, em        de        de 2017.

**Deputado CÉSAR HALUM**  
**PRB-TO**